

Carta do Seminário #VivaAConservação

Pelo Fortalecimento das Unidades de Conservação do Litoral do Paraná

Agosto de 2026

1. Apresentação

O litoral do Paraná abriga alguns dos mais importantes remanescentes de Mata Atlântica do planeta. Manguezais, restingas, florestas, estuários e ambientes marinhos convivem com comunidades tradicionais, áreas urbanas, atividades produtivas e um mosaico de Unidades de Conservação (UCs) estratégico na conservação da biodiversidade, na adaptação às mudanças climáticas, na segurança hídrica, na produção de conhecimento científico e na qualidade de vida da população. As UCs são um dos principais instrumentos da política ambiental brasileira e sua gestão pressupõe abordagem integrada, participativa e territorial.

Fortalecer esse patrimônio natural exige instituições estruturadas, equipes técnicas qualificadas, financiamento contínuo, participação social efetiva, produção científica aplicada à gestão, valorização dos conhecimentos tradicionais e capacidade de integrar diferentes políticas públicas.

Foi com esse propósito que o [Seminário #VivaAConservação](#) reuniu, nos dias 6 e 7 de agosto de 2026, no Instituto Federal do Paraná (IFPR), em Paranaguá (PR), representantes de órgãos públicos, pesquisadores, estudantes, organizações da sociedade civil, povos e comunidades tradicionais, proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e representantes do setor de turismo.

Esta carta reúne os principais consensos e uma síntese das contribuições apresentadas por palestrantes, painelistas, mediadores e participantes, construída a partir das discussões realizadas, das reflexões compartilhadas e das contribuições registradas pelo público em um mural participativo durante o seminário.

O objetivo é registrar prioridades para o fortalecimento das Unidades de Conservação do litoral do Paraná nos próximos cinco anos e contribuir para políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade. É também propor um compromisso coletivo com a construção de um modelo de desenvolvimento que reconheça as áreas protegidas como patrimônio público e a conservação da natureza como condição indispensável para o futuro.

O evento registrou a participação física de 245 pessoas no auditório do IFPR em Paranaguá, com a presença de 34 palestrantes e mediadores, e teve [transmissão online ao vivo pelo YouTube](#). O seminário integra a [campanha #VivaAConservação](#), realizada pelo Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais e financiada pelo Programa Biodiversidade Litoral do Paraná (BLP) com recursos do Termo de Acordo Judicial (TAJ) celebrado entre o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Paraná e a Petrobras, sob interveniência do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

2. Principais consensos

Apesar da diversidade de temas e perspectivas, alguns princípios atravessaram os debates e contribuições do público e orientam as recomendações desta carta.

Conservação se faz com as pessoas

A efetividade das Unidades de Conservação depende da participação social e da construção de relações de confiança entre poder público, povos e comunidades tradicionais, pesquisadores, organizações da sociedade civil e demais atores do território. Diálogo, corresponsabilidade e participação qualificada devem integrar permanentemente a gestão.

Conservação exige instituições fortes

O fortalecimento da gestão das UCs deve ser contínuo. Recursos financeiros, equipes técnicas qualificadas, infraestrutura adequada e continuidade administrativa são indispensáveis para que planejamentos se concretizem. É necessário criar capacidade institucional para implementar os instrumentos de gestão no território.

A ciência precisa orientar a gestão

Conhecimento científico, monitoramento de longo prazo, ciência cidadã, geotecnologias e bases de dados integradas devem subsidiar permanentemente o planejamento, o manejo, a fiscalização e a avaliação das políticas públicas – evitando que dados fiquem subutilizados em “cemitérios de dados”.

O território deve ser pensado de forma integrada

As UCs fazem parte de uma paisagem dinâmica, conectada por ecossistemas, corredores ecológicos, atividades econômicas, comunidades e grandes obras de infraestrutura. O planejamento territorial deve considerar os efeitos cumulativos de grandes empreendimentos e fortalecer mecanismos de cooperação entre órgãos ambientais, universidades, Ministério Público, municípios e sociedade civil.

As Unidades de Conservação são um investimento para a sociedade

Além de conservar espécies e ecossistemas, as áreas protegidas asseguram serviços ecossistêmicos, favorecem a adaptação às mudanças climáticas e podem gerar oportunidades de pesquisa, educação, turismo, trabalho e renda associadas à conservação.

O futuro da conservação depende de compromisso de longo prazo

As políticas públicas de conservação precisam de continuidade, superando ciclos eleitorais e mudanças administrativas, para o enfrentamento das pressões sobre o território. A implementação efetiva das UCs depende de planejamento de longo prazo, segurança jurídica, financiamento estável, regularização fundiária, fortalecimento da governança, políticas públicas e compromisso permanente da sociedade com a proteção do patrimônio natural.

3. Síntese dos Debates

Governança, planejamento territorial e fortalecimento institucional

Os debates evidenciaram que os investimentos realizados nos últimos anos precisam ser acompanhados pelo fortalecimento das instituições responsáveis pela gestão das UCs, com ampliação e qualificação das equipes, formação continuada para uso de geotecnologias, drones e outras ferramentas de monitoramento e fiscalização e implementação dos instrumentos de gestão.

Também foi destacada a necessidade de planejamento de longo prazo e em escala territorial e maior integração entre instituições e bases de dados. Iniciativas como o projeto Geolitoral demonstram o potencial do compartilhamento de informações para qualificar a gestão e os processos de licenciamento ambiental. Instrumentos econômicos como o ICMS Ecológico (futuro IBS Ecológico – Imposto sobre Bens e Serviços Ecológico) foram apontados como meios importantes para apoiar a conservação, desde que associados a políticas e capacidades permanentes de gestão.

Participação social, comunidades tradicionais e governança democrática

Os debates reafirmaram que a conservação da biodiversidade precisa da integração das pessoas que vivem, trabalham e mantêm vínculos históricos com os territórios protegidos. Conselhos consultivos, grupos de trabalho territoriais e outros espaços participativos foram reconhecidos como espaços de diálogo, construção coletiva e compartilhamento de responsabilidades.

Experiências apresentadas demonstraram que processos de escuta, educação ambiental crítica e valorização das identidades locais têm contribuído para reduzir conflitos e ampliar o sentimento de pertencimento das comunidades. Os participantes também destacaram a importância de reconhecer os modos de vida de povos e comunidades tradicionais e de compatibilizar conservação e direitos territoriais, fortalecendo relações de confiança.

Nas palestras da tarde, foi enfatizada a importância de considerar os impactos cumulativos e sinérgicos de grandes empreendimentos no litoral paranaense, reforçando a necessidade de decisões baseadas em evidências e de uma atuação articulada entre os diferentes órgãos públicos. Teve destaque também a preocupação com recentes mudanças na legislação de licenciamento ambiental, que reduzem o papel das UCs na avaliação desses impactos.

Restauração ecológica, pesquisa e monitoramento da biodiversidade

Os participantes defenderam programas permanentes de monitoramento da biodiversidade, integração e curadoria de bases de dados, fortalecimento da ciência cidadã (incluindo aplicativos como o iNaturalist) e investimentos em pesquisas aplicadas à gestão. Esse conhecimento deve orientar ações de manejo (com resposta rápida a espécies exóticas invasoras), restauração e adaptação às mudanças climáticas.

Também foi destacada a necessidade de ampliar a restauração em escala territorial, conectando áreas públicas e privadas por meio de corredores ecológicos e fortalecendo

bancos de sementes, produção de mudas e conservação de espécies ameaçadas. Experiências de geração de “empregos verdes e azuis”, incluindo a participação de moradores locais em atividades de restauração, monitoramento e conservação, demonstraram o potencial de integrar conservação e geração de renda.

Uso público, turismo de natureza e conservação em áreas privadas

O uso público planejado foi apontado como oportunidade para aproximar a sociedade das UCs, promover educação ambiental e fortalecer economias locais. Entretanto, depende da implementação dos planos de manejo, de infraestrutura adequada e da qualificação da gestão. Foram apontados como caminhos estruturar roteiros como a Travessia do Superagui, a Rota Caiçara (cicloturismo), experiências de turismo de base comunitária e produtos da sociobiodiversidade, como a juçara, como alternativa associada ao turismo. O público reforçou a necessidade de olhar também para a gestão de resíduos e o saneamento, especialmente em áreas pressionadas pelo turismo sazonal.

As discussões sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e instrumentos de incentivo econômico apontaram para a importância de criar condições para que a conservação gere benefícios sociais, econômicos e culturais aos territórios. ICMS Ecológico, Pagamento por Serviços Ambientais e outros mecanismos podem contribuir para fortalecer a gestão das áreas protegidas, apoiar proprietários e comunidades que conservam a natureza e consolidar uma economia baseada na valorização do patrimônio natural.

4. Dez compromissos para o fortalecimento das Unidades de Conservação do litoral do Paraná

Entre as diferentes agendas discutidas, quatro desafios foram apontados como estruturantes para os próximos cinco anos: ampliar e qualificar as equipes responsáveis pelas UCs; avançar na regularização fundiária; implementar efetivamente os instrumentos de gestão; e fortalecer a participação social. A partir dessas prioridades, os debates convergiram para os dez compromissos apresentados a seguir.

1. Fortalecer a capacidade institucional das Unidades de Conservação

Ampliar e valorizar as equipes técnicas responsáveis pela gestão das UCs e equipes de campo, incluindo estruturas permanentes de fiscalização e proteção territorial; garantir condições adequadas de trabalho, infraestrutura, equipamentos, formação continuada e recursos financeiros permanentes. Avançar da elaboração para a implementação efetiva dos planos de manejo, estruturando o uso público, a pesquisa, a fiscalização e demais ações previstas para cada UC.

2. Avançar na regularização fundiária e na consolidação territorial

Priorizar a regularização fundiária das UCs para reduzir conflitos, consolidar a implementação e a gestão das áreas protegidas. Esse processo deve ser conduzido com transparência, diálogo e respeito às especificidades de cada território.

3. Consolidar uma governança integrada para o território

Fortalecer a cooperação entre Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Água e Terra (IAT), municípios, Ministério Público, universidades, organizações da sociedade civil e demais instituições, com a promoção do compartilhamento de informações, bases de dados e estratégias de atuação. O planejamento territorial deve considerar os impactos cumulativos e integrar diferentes políticas públicas relacionadas à conservação, ao desenvolvimento regional e à adaptação às mudanças climáticas.

4. Garantir participação social na gestão das Unidades de Conservação

Fortalecer conselhos gestores, grupos de trabalho territoriais e demais espaços de participação, assegurando que povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, proprietários de RPPNs e demais atores locais participem de forma qualificada dos processos de tomada de decisão. A participação social deve ser entendida como elemento estruturante da gestão.

5. Reconhecer e fortalecer o papel dos povos e comunidades tradicionais na conservação

Reconhecer o papel das comunidades tradicionais na proteção da biodiversidade, com instrumentos de gestão capazes de compatibilizar conservação ambiental, direitos territoriais e modos de vida tradicionais. O diálogo permanente, a construção de confiança e a valorização dos diferentes saberes são condições fundamentais para uma conservação socialmente justa e duradoura.

6. Integrar ciência, monitoramento e gestão adaptativa

Consolidar programas permanentes de monitoramento da biodiversidade, ampliar a integração entre pesquisas científicas e gestão das UCs e fortalecer sistemas compartilhados de informação. O conhecimento científico deve subsidiar decisões de manejo, restauração, fiscalização e planejamento, contribuindo para uma gestão baseada em evidências.

7. Ampliar a restauração ecológica e a conectividade da paisagem

Promover a restauração de ecossistemas degradados em escala territorial, fortalecer corredores ecológicos, bancos de sementes, produção de mudas, conservação de espécies ameaçadas e outras iniciativas que aumentem a conectividade entre remanescentes naturais. A restauração deve integrar áreas públicas e privadas e contribuir para ampliar a resiliência dos ecossistemas frente às mudanças climáticas.

8. Promover o uso público sustentável e uma economia baseada na conservação

Consolidar as Unidades de Conservação como espaços de educação, pesquisa, lazer, turismo de natureza e valorização da sociobiodiversidade, sempre em consonância com seus objetivos de conservação e com os respectivos planos de manejo. Instrumentos como o ICMS Ecológico, o Pagamento por Serviços Ambientais e outras formas de incentivo devem fortalecer a gestão e ampliar os benefícios gerados para as comunidades locais.

9. Aperfeiçoar a proteção do território diante das novas pressões ambientais

Fortalecer a capacidade das instituições públicas para avaliar impactos cumulativos de grandes empreendimentos, prevenir processos de degradação ambiental como caça, extração ilegal de recursos naturais, falta de saneamento e gestão de resíduos, e responder aos desafios das mudanças climáticas, das espécies exóticas invasoras, da poluição, da expansão urbana e de outras pressões sobre os ecossistemas costeiros.

10. Assegurar políticas públicas permanentes para a conservação da biodiversidade

Reafirmar que a proteção das UCs deve constituir uma política de Estado, com menor dependência de ciclos políticos, financiamento de longo prazo, estabilidade institucional e compromisso intergeracional. O futuro da conservação da biodiversidade no litoral paranaense depende da continuidade das ações, da cooperação entre instituições e da capacidade de transformar políticas públicas.

Considerações finais

As recomendações apresentadas nesta carta representam um ponto de partida para ampliar a articulação entre instituições, orientar políticas públicas e inspirar novas iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade no litoral paranaense. Sua implementação dependerá da continuidade do diálogo, do fortalecimento das instituições responsáveis pela gestão das áreas protegidas e do engajamento permanente da sociedade.

Conforme informado aos participantes durante o evento, esta carta não foi deliberada em plenária. Ela resulta da sistematização das contribuições apresentadas durante o evento e constitui uma construção coletiva, submetida à revisão e validação das instituições parceiras e dos participantes antes de sua publicação oficial.